

**A COMPREENSÃO DOS GRADUANDOS E DOCENTES DOS CURSOS DE
SAÚDE SOBRE DISCIPLINAS QUE ABORDAM A ATENÇÃO À SAÚDE DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

***THE UNDERSTANDING OF THE UNDERGRADUATE STUDENT AND
TEACHERS OF THE HEALTH COURSES ABOUT DISCIPLINES THAT
APPROACH HEALTH CARE OF PEOPLE WITH DISABILITIES***

***LA COMPRENSIÓN DE ESTUDIANTES DE PREGRADO Y PROFESORES
DE CURSOS DE SALUD SOBRE DISCIPLINAS QUE ABORDAN LA
ATENCIÓN DE LA SALUD DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD***

Marhla Assunção
marhlalba@gmail.com
Mestra em Ciências da Saúde e Biológicas
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

Albertino José Ferreira Neto
albertinojfneto@gmail.com
Discente do curso de Medicina
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Ramon Missias-Moreira
ramon.missias@univasf.edu.br
Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Francis Natally de Almeida Anacleto
francisnatally@yahoo.com.br
Docente do Colegiado de Educação Física
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Karla Daniele de Sá Maciel Luz
karla.maciel@univasf.edu.br
Docente do Colegiado de Psicologia
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Cheila Nataly Galindo Bedor
cheila.bedor@univasf.edu.br
Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas
Universidade Federal do Vale do São Francisco

RESUMO

Introdução: existe no mundo mais de um bilhão de Pessoas com Deficiência (PcD). No Brasil cerca de 24% da população possui alguma deficiência. Há um avanço das leis para a garantia dos direitos desses indivíduos, entretanto, o acesso aos serviços de saúde é restrito, aqueles que conseguem atendimento, encontram dificuldade para ter suas necessidades plenamente atendidas. Existe uma insatisfação por parte dos pacientes, devido à formação limitada dos profissionais de saúde para atendimento à PcD, contudo não há consenso sobre a melhor forma de modificar esse panorama. Uma possibilidade seria inserir disciplinas específicas que abordem essa temática nas graduações em saúde. **Objetivo:** descrever a compreensão dos discentes e docentes dos cursos de graduação em saúde acerca de disciplinas que abordem a saúde da PcD. **Metodologia:** foram analisados 5 Projetos Pedagógicos de Curso de uma Universidade pública, buscando disciplinas que discutem a temática. Em seguida, alunos e docentes foram questionados sobre a compreensão em relação às disciplinas encontradas e contribuições destas no processo formativo. Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa da UNIVASF sob nº do CAAE: 70590817.1.0000.5196. **Resultados:** foram identificadas oito disciplinas de cursos diferentes. Para docentes, a oferta de disciplinas específicas pode ser um caminho de inclusão, mas, não garante atendimento inclusivo. No que concerne aos discentes, estes também apontaram necessidade de mais disciplinas específicas. Os discentes ressaltaram também que o estágio, favorecendo o contato com a PcD durante a graduação, é extremamente necessário para atendimento em saúde. **Conclusão:** foi percebida uma mudança de estereótipos após os discentes concluírem essas disciplinas, entretanto os mesmos não se sentiram preparados para atendimento desse público, demonstrando uma necessidade de mais disciplinas e vivências neste assunto.

Palavras-chave: Profissional de Saúde; Educação; Inclusão; Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

Introduction: there are more than one billion People with Disabilities (PcD) in the world. In Brazil, about 24% of the population has some disability. There is an advance in laws to guarantee the rights of these individuals, however, the access to health services is restricted, and those who receive care, find difficulty to have their needs fully met. There is dissatisfaction on the part of patients, due to the limited training of health professionals to care for PcD, nevertheless, there is no consensus about the best way to change this overview. One possibility would be to insert specific disciplines that address this theme in health graduation courses.

Objective: to describe the understanding of students and professors of graduation health courses about disciplines that address PcD health. Methodology: 5 Pedagogical Course Projects of a public university were analyzed, searching for disciplines that discuss the theme. Next, students and teachers were asked about their understanding regard to the disciplines found and their contributions to the formation process. This research was approved by the ethics and research committee of UNIVASF under CAAE number: 70590817.1.0000.5196. Results: eight disciplines from different courses were identified. In the view of professors, the offer of specific disciplines can be a way of inclusion, but, it does not guarantee an inclusive service. Regarding to the students, they also indicated the need for more specific disciplines. The students also emphasized that the graduate training, providing the contact with PcD during graduation, is extremely necessary for health care. Conclusion: It was noticed a change in stereotypes, after the students completed these disciplines, however they did not feel prepared to serve this public, showing the need for more disciplines and experiences on this subject.

Keywords: Health Professional; Education; Inclusion; Disabled person.

RESUMEN

Introducción: hay más de mil millones de personas con discapacidad en el mundo (PcD), En Brasil hay un avance de leyes para garantizar los derechos de estas personas. Sin embargo, el acceso a los servicios de salud está restringido, quienes reciben atención tienen dificultades para satisfacer plenamente sus necesidades. Existe descontento por el desconocimiento debido a la precaria formación de los profesionales de la salud para atender al CPD, sin embargo no existe consenso sobre la mejor forma de modificar este escenario. Una posibilidad sería insertar disciplinas específicas que aborden este tema en las titulaciones de salud. Objetivo: este estudio tuvo como objetivo describir la percepción de estudiantes y profesores de cursos de pregrado en salud sobre disciplinas que abordan la salud de la DCP. Metodología: se analizaron cinco Proyectos de Curso Pedagógico de una Universidad pública, buscando temas que aborden el tema. Luego, se preguntó a estudiantes y profesores sobre las percepciones en relación a las disciplinas encontradas y sus aportes al proceso de formación. Esta investigación fue aprobada por el comité de ética e investigación de UNIVASF con el número CAAE: 70590817.1.0000.5196. Resultados: se identificaron ocho disciplinas de diferentes cursos. Para los docentes, la inclusión de asignaturas específicas puede ser un camino de inclusión, pero no garantiza un cuidado inclusivo. Junto con los estudiantes, también señalaron la necesidad de disciplinas más específicas. Los estudiantes destacaron que la pasantía que favorezca el contacto con el PcD durante la graduación es sumamente necesaria para el cuidado de la salud. Conclusión: se notó un cambio en los estereotipos luego de que los estudiantes completaron

estas disciplinas, sin embargo no se sintieron preparados para atender a esta audiencia, demostrando la necesidad de más disciplinas y experiencias en esta materia.

Palabras clave: Profesional de la salud. Educación. Inclusión. Personas con Discapacidad.

INTRODUÇÃO

Os desafios para uma educação de qualidade são muitos, em meio a eles, hodiernamente reflete-se bastante acerca da inclusão. Na educação, incluir é muito mais do que inserir o estudante dentro de uma determinada instituição, é, em companhia desse, construir saberes sociais, afetivos e cognitivos. De acordo Rosa *et al.* (2020), estes saberes devem ser capazes de se transformarem em habilidades para tornarem os sujeitos críticos, independentes e autônomos, dentro de um espaço de convivência e aprendizagem que tenha características amplas e dinâmicas.

A Universidade tem o papel de proporcionar uma educação mais justa e democrática para todos os jovens e contribuir com a elaboração de conhecimentos e efetivação de políticas inclusivas. A Educação Inclusiva é uma política educacional garantida por lei e deve ser implementada de maneira que forneça aos estudantes em formação, independentemente do nível de ensino, uma resposta educativa adequada às suas necessidades pessoais, profissionais e favoreça a sua socialização e aprendizagem (SALES; MOREIRA; COUTO 2016).

A pessoa com deficiência (PcD) é aquela que possui uma especificidade física, mental ou sensorial que, na interação com um meio que pouco ou nada a inclui, fica à mercê de situações que inviabilizam sua efetiva integração com os diversos aportes sociais (DINIZ, 2007).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), através da convenção sobre os “Direitos das Pessoas com Deficiência”, que aconteceu em janeiro de 2011, foi realizada uma estimativa mundial de estima-se que o número de PcD no mundo que ultrapassou a marca de um bilhão de pessoas. Naquele período, aproximadamente uma em cada sete pessoas no mundo tinha algum tipo de deficiência (WHO, 2012; ONU, 2011).

Conhecer, entender e defender os direitos das PcD é o ponto de partida para que elas tenham visibilidade, voz e respeito. O Brasil avançou muito nos últimos anos no que concerne para ampliar os direitos das pessoas com deficiência. É notório o número de leis, programas e políticas voltadas para a PcD, por exemplo: Lei Orgânica da Saúde – nº 8.080/90 (BRASIL, 1990), Lei n.º 10.436/02 Língua Brasileira de Sinais (Libras) – (BRASIL, 2002), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – nº 13.146/15 (BRASIL, 2015). Assim, o Brasil assumiu o dever de respaldar a PcD através de medidas que promovam autonomia, acessibilidade, igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à discriminação (BRASIL, 2015).

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) apresente em seus princípios o acesso gratuito ao serviço de saúde, com equipe multiprofissional, preservando a autonomia das pessoas, a defesa de sua integridade física e moral, garantindo universalidade de acesso e integralidade da assistência (BRASIL, 1990), muito ainda precisa ser feito, visto que mais de 50% das PcD em todo o mundo não conseguem pagar por serviços de saúde. Como consequência, estas pessoas tem menos acesso aos serviços de saúde e quando conseguem, os serviços apresentam dificuldades no acolhimento, atuação profissional excludente e inacessível, como também, ausência de equipamentos para atender de forma integral e digna a APCD (WHO, 2012; GOTADO; ALMEIDA, 2016).

Desde a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPCD), em 2010, é ressaltada a importância e necessidade em

abordar nas disciplinas dos cursos de graduação em saúde, conteúdos referentes à saúde da PcD de forma transversal. E aqui cabe ressaltar também a importância de se fomentar projetos de pesquisa, extensão, eventos acadêmicos que atendam às diretrizes da PNSPCD. Para isso, os currículos desses cursos devem ser adequados para garantir um conhecimento que englobe as necessidades da PcD, além do desenvolvimento de habilidades e competências no que tange ao atendimento, comunicação, orientações e resolutividade (BRASIL, 2010; WHO, 2012; BRASIL, 2017).

Várias pesquisas recentes mostram ineficiência e baixa resolutividade nos atendimentos prestados à PcD, oriundas principalmente de uma atuação profissional capacitista, ou dito de outro modo, uma atuação que reforça o lugar de estigma e exclusão da PcD. Nessa perspectiva, é necessário identificar e descrever como as universidades estão contribuindo na formação desses profissionais de saúde já que existem leis e políticas que asseguram a formação profissional relativa a esse assunto (BEZERRA; SILVA; MAIA, 2015; MARTINS *et al.*, 2015; WHO, 2012).

Deste modo, este estudo valeu-se da pesquisa qualitativa para compreender a percepção de discentes e docentes de cursos superiores, da área de saúde, sobre disciplinas que discutem a saúde de PcD, com vistas a realizar uma avaliação situacional de acordo com a percepção desses atores sociais.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, exploratório e analítico, com abordagem qualitativa, realizado em uma universidade pública federal localizada no município de Petrolina-PE. Pioneira na oferta de cursos de graduação em

saúde, e possui projetos pedagógicos e a oferta de disciplinas que discutem atenção à saúde da PcD.

A amostra foi composta por todos os discentes que estavam matriculados em disciplinas que abordavam a saúde da PcD, em 2017, bem como, os respectivos docentes. Para identificar essas disciplinas, realizou-se uma leitura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de saúde dessa instituição.

Os PPCs foram lidos na íntegra, na busca de disciplinas que discutissem a atenção à saúde da pessoa com deficiência; após identificação, foram aplicados questionários aos discentes, em seguida foram realizadas entrevistas com os docentes. A coleta de dados com os discentes aconteceu em dois momentos distintos, o primeiro no início do semestre de 2017.2, nas primeiras aulas deste período e o segundo ao final do mesmo semestre, na última aula das disciplinas. As entrevistas com os docentes aconteceram após o término das disciplinas.

Os questionários utilizados no início e ao final das disciplinas foram adaptados de Gomes (2007), abordando a importância da disciplina na formação deste futuro profissional de saúde, pretensão de trabalhar ou ter experiências com pessoas com deficiência, bem como, visão acerca dessa parcela da população. Entretanto, apenas o questionário aplicado ao final possui questões que avaliam a satisfação com a disciplina (ementa, carga horária, assuntos, metodologia), se a compreensão do discente sobre a deficiência mudou após a disciplina e se este se sente preparado para atender esse público. Para isso, utilizou-se a escala de *Likert* (1932), com o objetivo de avaliar a satisfação dos discentes quanto à disciplina que cursaram.

O roteiro da entrevista para os docentes versava sobre a trajetória profissional, disciplina que lecionavam e suas opiniões pessoais no tocante à atenção à saúde da pessoa com deficiência, construída com base no estudo de Gomes (2007).

Para a coleta, foram incluídos na pesquisa todos os discentes dos cursos de saúde da UNIVASF (vai citar mesmo o nome da UNIVASF?) que estavam devidamente matriculados em seus referidos cursos e cursando as disciplinas elencadas durante o semestre de 2017.2. Foram excluídos da pesquisa os discentes matriculados nessas disciplinas, provenientes dos demais cursos de graduação, assim como, os que não responderam aos questionários nas duas fases da pesquisa ou que não estiveram presentes no momento da coleta de dados.

Finalizada a coleta dos dados, foi construído um formulário no *Google Forms* e todas as respostas foram transcritas, na íntegra, para um banco de dados. As entrevistas aplicadas aos docentes foram transcritas e foi realizada análise de conteúdo temática de Bardin (2011), com o suporte do programa *MAXQDA* (2007) versão R121010. Toda a pesquisa seguiu as recomendações éticas, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética sob parecer nº CAAE: 70590817.1.0000.5196.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui descritos são fruto de uma pesquisa totalmente imbuída na inclusão e que gera reflexões sobre ações inclusivas, inquietações discentes/docentes na formação inicial dos profissionais de saúde frente à inclusão e atenção à saúde de PCD. Ademais, foram discutidos os aspectos metodológicos, legais, culturais, lacunas, desafios e avanços sobre a temática.

Destarte, para Nozi e Vitalino (2012) abordar sobre as questões que remetem à inclusão é discutir e demarcar concepções de educação e o papel da escola, do professor e da universidade no contexto universal. Os PPC's dos cursos de saúde da universidade estudada descrevem que estes buscam oferecer uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificada

para o exercício profissional com base científica e intelectual, pautada em princípios éticos e morais. Em seus PPCs foram identificadas oito disciplinas que abordam a saúde da pessoa com deficiência, conforme descrição no Quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas que discutem atenção à saúde da pessoa com deficiência de uma universidade pública de Pernambuco, 2018.

DISCIPLINA	CURSO	MODALIDADE	CARGA HORÁRIA
Ed. Física para Pessoas com Deficiência	Educação Física	Obrigatória	Teórica: 40h Prática: 20h
Libras		Optativa	Teórica: 30h Prática: 30h
Psicologia das Relações Humanas	Ciências Farmacêuticas	Obrigatória	Teórica: 30h Prática: 0h
Tópicos Especiais em Ciências Farmacêuticas		Optativa	Teórica: 30h Prática: 0h
Introdução à Medicina	Medicina	Obrigatória	Teórica: 30h Prática: 30h
Medicina Geral da Criança I		Obrigatória	Teórica: 60h Prática: 60h
Práticas Integrativas II	Psicologia	Obrigatória	Teórica: 60h Prática: 0h
Psicologia e Pessoas com Deficiência		Optativa	Teórica: 60h Prática: 0h

Fonte: Dados dos próprios autores.

A abordagem de temas referentes à saúde da pessoa com deficiência está restrita a poucas disciplinas por curso, não sendo observada nenhuma disciplina oferecida pelo curso de Enfermagem referente a esse assunto.

A estrutura dos PPCs é fragmentada. Esses não possuem disciplinas que abordem a saúde da PcD de forma transversal, desde os períodos iniciais do curso até o período final. Dessa forma, foi identificado que a abordagem realizada era apenas das características anatomopatológicas da deficiência, ainda guiada pela visão biomédica e indo de encontro aos parâmetros legais atualmente em vigência no país (BRASIL, 2010; REBOUÇAS *et al.* 2011; BRASIL, 2017).

As oito disciplinas eram ministradas por 7 docentes, sendo que 4 participaram do estudo, uma vez que 1 não fazia mais parte do quadro da universidade no momento da coleta de dados e 2 não manifestaram interesse na participação.

Dos 255 discentes matriculados nessas disciplinas, 162 (63%) responderam o primeiro questionário aplicado, houve representação de discentes de todos os cursos de saúde, exceto o de enfermagem. Dos respondentes, 55% (90) eram do sexo feminino e 45% (72) masculino. Após o término das disciplinas, 57,4% (93) dos discentes responderam aos questionários nos dois momentos, sendo o curso de Ciências Farmacêuticas aquele com maior número de participantes 39,7% (37).

Após triangulação dos dados emergiram categorias: a primeira delas relata os motivos que levam os discentes a escolherem disciplinas que discutem atenção à saúde da PcD, a segunda descreve a ótica dos docentes e discentes sobre essas disciplinas, a terceira apresenta como o contato com esse público durante a graduação pode ser propulsor de mudanças no atendimento em saúde à pessoa com deficiência, a quarta retrata, a partir da compreensão dos docentes e discentes, o processo de formação inicial dos futuros profissionais de saúde e a última, faz uma ponte entre a formação profissional e perspectivas futuras.

Categoria 1: Motivos que inspiram discentes a se inclinar para os cuidados à saúde da pessoa com deficiência.

Para a construção dessa categoria que explana o motivo que leva um discente de um curso de graduação em saúde a escolher disciplinas optativas, que discutem atenção à saúde da pessoa com deficiência, foram considerados os discentes matriculados nas disciplinas optativas ofertadas pelos cursos de Ciências Farmacêuticas, Educação Física e Psicologia, apresentadas no Quadro

1, que responderam ao questionário no início da disciplina, totalizando cerca de 30% (48) dos participantes.

Os motivos apresentados para a escolha de cursar tais disciplinas apontam a preocupação destes acadêmicos com o processo de formação profissional. Entre esses motivos estão “adquirir conhecimento” (35%, n= 17), “oportunidade de conhecer a temática (31%, n= 15)” e “disponibilidade de horário” (19%, n= 9), conforme apontado nas seguintes unidades de análise: “É importante que um profissional da área de saúde obtenha algum conhecimento para atender deficientes de uma melhor maneira possível.” (DISCENTE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 14); “A disciplina oferece arcabouço para discussões sobre a pessoa com deficiência, oportunidade que não teríamos na grade normal” (DISCENTE DE PSICOLOGIA, 12).

Percebe-se o reconhecimento dos entrevistados sobre a necessidade de buscar conhecimento para um melhor atendimento à saúde da PCD. É possível perceber que, para os discentes, a inserção de disciplinas que discutem atenção à saúde da pessoa com deficiência é importante e faz parte do processo de formação inicial destes.

Dessa maneira, é preciso compreender que, se responsabilizar pela inclusão, não permeia apenas questões curriculares, arquitetônicas, pedagógicas, mas, também, atitudinais. A preocupação com essas questões deve ultrapassar a noção de integração, que insiste em persistir dentro dos sistemas de educação. Mais importante ainda, nesse contexto, é destacar que os discentes, assim como os docentes, não são de fato os únicos responsáveis por um processo inclusivo. Para Ferreira *et al.*, (2017) há uma preocupação dos estudantes com sua formação profissional e apresentam necessidade de adquirir novos conhecimentos sobre a temática.

As categorias de 2 a 4 apresentadas a seguir emergiram das falas dos 93 discentes que responderam os questionários no início e ao final das oito disciplinas, além dos docentes entrevistados.

Categoria 2: Percepção dos docentes e discentes sobre as disciplinas que abordam a saúde da pessoa com deficiência

Os discentes relataram sua compreensão sobre a inclusão do tema “saúde da pessoa com deficiência” nos três pilares da academia (ensino, pesquisa e extensão) e todos eles enfatizaram a importância e a necessidade dessa discussão acontecer na universidade, seja pela necessidade de cumprimento da legislação, bem como, para o conhecimento sobre as necessidades de saúde desse público, quebra de estigmas, como também, a possibilidade de atendimento em saúde a esse público. Eles afirmam: (...) “Penso que são necessárias, para pensar saúde específica e mesmo para desmistificar aspectos que fazem parecer que quem tem deficiência não pode ter independência” (DISCENTE DE PSICOLOGIA, 25); (...) “É de extrema relevância em todas as áreas, principalmente nos cursos de saúde, para promover a empatia e tirar esse grupo tão importante da margem social” (DISCENTE DE MEDICINA, 20); (...) “De extrema importância, por que os futuros profissionais da área de saúde precisam se adequar a cada anseio no âmbito da necessidade da sociedade” (DISCENTE DE MEDICINA, 16).

Reforçando a compreensão dos estudantes, os docentes enfatizaram a importância de como disciplinas que tratem da inclusão podem impactar na formação e diminuir paradigmas construídos socialmente, como descrito na fala a seguir:

“Isso é quando eles começam a entender o conceito de inclusão social é muito interessante porque eles vão ver que não é a pessoa com deficiência que tem limitação, mas sim a sociedade que não se preparou para isso, né? Inclusive, eles como futuros profissionais, futuros estagiários ou seres humanos, né, vivendo em sociedade. Aí isso auxilia bastante nessa quebra de paradigma” (DOCENTE, 2).

Destaca-se, dentre as inúmeras afirmações acerca da educação inclusiva, o papel do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem. São necessários investimentos nas questões didático-pedagógicas para que esse sinta-se instrumentalizado para atender às necessidades de todas as PcD, independente das dificuldades e limitações apresentadas por cada um (SALES; MOREIRA; COUTO, 2016, p.11).

A importância da discussão sobre o tema nas universidades já foi discutida por Costa e Koifman (2016), entretanto eles enfatizam que discussões de temas ligados à deficiência em uma disciplina optativa ou em único momento no curso pode ser o primeiro passo para a verdadeira inclusão, mas que esse não deve ser o único.

Diante disso, buscou-se entender como os discentes dos cursos de saúde qualificam as disciplinas desse cunho em sua grade curricular. Para os discentes, o entendimento baseia-se na importância do assunto, sendo bastante enfatizado por estes que as disciplinas ajudariam no atendimento ao paciente com deficiência e na melhoria de atitudes frente a esse grupo populacional: “Sim. Para tornar o profissional da área de Medicina mais humano e empático” (DISCENTE DE MEDICINA, 12), “Sim. Acredito que vai contribuir muito... para que eu possa entender e lidar com as especificidades da pessoa com deficiência do melhor jeito possível” (DISCENTE DE PSICOLOGIA, 14), “Sim. Pois me torna uma profissional com a capacidade de atender essa população portadora de deficiência” (DISCENTE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 13).

Essa mesma importância é dada pelos docentes, que enfatizam a necessidade de disciplinas que incluam a discussão sobre saúde da pessoa com deficiência e ainda, ressaltam para seus estudantes que a assistência a esse público não é mais uma questão de escolha, é um direito destes clientes: (...) “Olha... eu diria que é essencial... hoje não tem mais escolha, você não pode mais ser conformado, por isso que é muito importante estudar sobre isso e principalmente atuar nessa área (...)” (DOCENTE 1).

Essa mesma compreensão pode ser vista ao final da disciplina onde todos os discentes entenderam a matéria como importante no seu processo de formação inicial, reforçando o exposto inicialmente por eles: “Sim, pois inclui os ‘deficientes’ na sociedade como sujeitos normais que são, e a disciplina nos faz mostrar que são normais” (DISCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 03).

A disseminação de conhecimento referente à saúde da PcD associada à estimulação do desenvolvimento de habilidades para tais, através de disciplinas optativas, eletivas ou obrigatórias, tem sido alvo de discussão nos últimos anos em instituições de Ensino Superior, principalmente naquelas universidades que possuem cursos de graduação em saúde.

É preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), assim como, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) vigentes, que conteúdos inerentes à saúde da PcD sejam calcados na prevenção, promoção e reabilitação, com o intuito de garantir uma assistência qualificada através dos setores do Sistema Único de Saúde brasileiro, bem como, da assistência suplementar (REBOUÇAS *et al.*, 2011).

Para a avaliação da satisfação dos discentes quanto à disciplina que cursaram, foi utilizada a escala de *Likert* nos itens ementa, programa, carga horária, assunto, metodologia e período da oferta. A média de avaliação foi de 4 (satisfeito) para todos os itens e nenhum destes foi avaliado como 1 (insatisfeito) pelos graduandos.

Acredita-se que ao buscar descobrir o nível de satisfação desses estudantes, referente à disciplina que cursam, foi constituída uma importante variável. Essa variável representa experiências, ou seja, informações subjetivas dos discentes, adquiridas ao longo da disciplina. Logo, os docentes, as coordenações de colegiados de cursos e a universidade como um todo devem ter conhecimento sobre esse nível de satisfação para que seja possível reconhecer os pontos positivos e negativos dessas disciplinas, ajustando-as

quando identificada alguma insatisfação para, deste modo, melhorar a forma de ensino.

Além dos participantes estarem muito satisfeitos com as disciplinas que cursaram, eles foram totalmente favoráveis à inclusão de disciplinas nos cursos de saúde de forma regular, se possível, disciplinas obrigatórias específicas para essa temática, assemelhando-se a resultados obtidos em estudo desenvolvido por Guerreiro *et al.* (2014).

Segundo Resende, Nóbrega e Moreira (2014), além de discentes, pessoas com deficiência também são favoráveis à implementação de disciplinas nos cursos de saúde, principalmente que abordam a inclusão social da PcD, com foco no acesso à saúde de forma humanizada.

Os docentes declaram a insatisfação com a carga horária e avaliam que a disciplina pode não ter o impacto necessário na formação deste profissional: (...) “Infelizmente ela não tem o impacto que eu gostaria porque ela é só uma disciplina, né, e ela é feita ainda naqueles moldes do nosso currículo de disciplinas encaixotadas” (Docente, 2).

É importante ressaltar que, desde 1994 o Ministério da Educação (MEC) orienta a inserção, nos cursos de saúde, de conteúdos relativos aos aspectos Éticos, Políticos, Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, ou seja, os discentes desejam algo que já é previsto por lei e que infelizmente ainda não é realizado de forma plena (BRASIL, 1994).

Categoria 3: O contato com a PcD na graduação como propulsor de mudanças no atendimento em saúde à pessoa com deficiência

Entre os discentes, 75% (69) relataram ter contato prévio ou conviver com alguém que tenha deficiência. No entanto, quando questionados se houve contato com alguém com deficiência durante a disciplina, 14,1% (13) dos

entrevistados relataram que não. Essa falta de contato com a PcD durante a disciplina é preocupante porque dificulta a compreensão do que é ser deficiente em sua totalidade, pela ótica da PcD. Assim, interfere na construção e participação de dinâmicas que culmine em uma maior interação entre o discente e a PcD, de modo a favorecer uma aproximação para com esse público-alvo e impedindo o surgimento de barreiras ainda durante a graduação (FERREIRA *et al.*, 2017; REBOUÇAS *et al.*, 2011).

Em relação ao restante dos participantes que relataram ter contato com PcD durante a disciplina, 85,9% (80), declararam que tal contato se deu principalmente com a docente das disciplinas de Libras e Tópicos Especiais em Ciência Farmacêutica, que é surda. Foi mencionado que essa professora durante algumas aulas levou outras pessoas surdas para que os discentes pudessem interagir com as mesmas. O desenvolvimento de habilidades de comunicação através da Língua Brasileira de Sinais favorece a comunicação com a pessoa surda de forma inclusiva, contribuindo para a sua sensibilização e capacitação profissional (SANTOS, 2015).

Em outras disciplinas, os respectivos docentes realizaram dinâmicas com a participação de PcD e seus familiares, para que os mesmos pudessem relatar o seu cotidiano. Esse conhecimento pode permitir o despertar do sentimento de empatia por parte dos futuros profissionais de saúde, a partir do momento que compreendem a dificuldade do outro. Os participantes reforçam a importância da experiência de convivência com a PcD durante a graduação: (...) “Sim. O profissional de saúde é o agente da sociedade responsável pelo tratamento de incontáveis deficiências, logo, é importantíssimo que haja esse contato” (DISCENTE DE MEDICINA, 17); “Sim. É importante porque a convivência revela a realidade destas pessoas e os desafios enfrentados por elas” (DISCENTE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 108).

Na atualidade, infelizmente ainda nos deparamos com situações de preconceitos, exclusão social e a criação de estigmas que têm como um dos

principais alvos a PcD. Com isso, ela acaba sendo colocada à margem do convívio social ou até mesmo excluída, culminando na sua invisibilidade. Uma alternativa para evitar essa condição é gerar uma aproximação com esse público, através de vivências que permitam um convívio com a PcD. Assim, será possível observar a falta de atenção para com esse público no que tange à educação, emprego, saúde e lazer. Só quando for possível identificar as falhas e corrigi-las, será possível um dia facilitar e efetivar, de fato, a inclusão social da PcD (ARAÚJO, 2014).

Além do contato durante as disciplinas, os discentes pontuam a necessidade de estágios que abordem esse público-alvo: (...) “irá nos trazer a real percepção de como é trabalhar com pessoas com deficiência” (DISCENTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 20); (...) “muito melhor, porque além da teoria estaremos tendo a experiência na prática” (DISCENTE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 81).

O entendimento aqui identificado é que o estágio constitui uma oportunidade ímpar de pôr em prática aquilo que foi visto em sala de aula como teoria, sendo esse, importante para uma formação profissional sólida, embora uma pequena parcela de discentes tenha afirmado não ser importante o estágio específico para essa população: (...) “eu não acredito que o atendimento de saúde para pessoas com deficiência tem que ser trabalhado durante todo o curso, para que seja mais significativo” (DISCENTE DE MEDICINA, 136).

O futuro profissional da saúde, ao realizar um atendimento específico à PcD e se deparando com as condições inerentes ao atendimento de cada deficiência, estará desenvolvendo técnicas de assistência diferenciadas. Essa experiência é única e valiosa, só os discentes que passam por tais situações podem ter subsídios para que no futuro, quando formados, seja possível oferecer atendimento inclusivo e igualitário (SANTOS, 2015; FERREIRA *et al.*, 2017).

Categoria 4: O impacto das disciplinas na formação profissional e a mudança de conceito sobre a deficiência.

As respostas ao questionário aplicado no final da disciplina apontam que a compreensão que os discentes tiveram acerca das disciplinas que discutem a saúde da PcD baseou-se em conceitos voltados à oferta de um atendimento eficiente a esse público. Para isso, as disciplinas foram importantes porque ofereceram aprendizagem, compreensão e entendimento do assunto, dando um suporte para abordar a temática relacionada a esse público-alvo de maneira inclusiva: (...) “Aprendi que, mesmo não sabendo Libras, braile, etc., todo mundo tem uma via de acesso, não precisando necessariamente da ‘fala’ na comunicação. Também aprendi Libras e tive uma paixão aparecendo pela língua”. (DISCENTE DE PSICOLOGIA, 65).

Existe uma preocupação por parte dos discentes em estabelecer uma relação interpessoal com o paciente e assim poder lidar com ele da melhor forma possível, oferecendo um atendimento inclusivo e de qualidade. Para que seja estabelecido um atendimento em saúde é importante a criação de um vínculo entre profissional e paciente. Essa relação deve ser baseada no respeito e confiança, deixando o paciente confortável com o ambiente em que está inserido e a situação, para que haja ali uma troca de informações. Com essas informações será possível entender a demanda daquele paciente e, em seguida, traçar planos e condutas para a resolução da queixa do mesmo.

Para que seja possível realizar tal atendimento é importante que durante a graduação ocorram abordagens com esse enfoque. Resultados parecidos foram encontrados em trabalhos realizados por Rebouças (2011) e Santos (2015), nos quais estudantes de cursos de saúde reconheceram que devem existir capacitações ainda na graduação ou que sejam complementadas nas instituições de saúde, visto que essas ajudariam na criação de métodos de

abordagem à PcD, facilitando as relações interpessoais e o atendimento inclusivo de qualidade e com resolutividade.

Os discentes informaram que ao final das disciplinas houve uma mudança no conceito ou visão que possuíam sobre a PcD e atribuíram essa mudança ao conhecimento e aprendizado oriundos da disciplina. Houve uma desconstrução de preconceitos e estigmas, conseqüentemente gerou-se uma ampliação da visão referente à PcD, passando a ser vista como um ser humano que precisa ser respeitado, incluído na sociedade e tratado com igualdade. Observou-se que os motivos causadores dessas mudanças estavam atrelados às noções de igualdade, respeito, inclusão e empatia referentes à PcD, ofertadas pelas disciplinas

Certamente. Minha visão era totalmente um senso comum, de olhar para uma PcD, e sentir pena, essa coisa toda. Além de utilizar alguns termos que não convém como cadeirante (quem vende cadeira, talvez) ou portador (como se a pessoa pudesse tirar e pôr a deficiência no momento que quisesse). (DISCENTE DE PSICOLOGIA, 57).

Assim, foi possível constatar que os objetivos dos docentes foram alcançados, uma vez que eles relatam em suas falas a necessidade de cuidar de “gente”, independentemente de sua necessidade ou condição:

Hoje, basicamente, trabalho bem nessa questão da cidadania inicial, primeira coisa que eu tento passar para os alunos é enxergar um ser humano de direitos, quebrar esse paradigma, né, de primeiro esconder a deficiência que é horrível, falar ‘ah, eu tenho um aluno especial[...]’ aí você acaba nem sabendo o que a pessoa tem e isso dificulta muito o trabalho, além de esconder, ficar mascarando a deficiência que não é nem um pouco interessante. Aí então minha primeira ideia com os discentes é quebrar esses paradigmas (DOCENTE, 1).

Os profissionais de saúde diante da PCD, em qualquer acolhimento, têm o dever de oferecer um atendimento e tratamento dignos, respeitando a singularidade do paciente e os ditames éticos inerentes à profissão. Durante a graduação, deve existir a preparação desses futuros profissionais baseada em conceitos teóricos e habilidades técnicas, numa maior sensibilização referente ao reconhecimento dos direitos da PcD, quebra de paradigmas, preconceitos e inclusão. Apenas com o entendimento do que cada indivíduo vive é possível tentar compreender as suas necessidades e, com isso, poder abordá-las da melhor forma possível (MARTINS *et al.*, 2015; FERREIRA *et al.*, 2017).

Uma parcela dos discentes (34%, n=27) afirmou não ter mudado o seu conceito sobre a PcD. Em suas falas nota-se que os mesmos aparentemente possuem uma compreensão prévia sobre a importância de aceitar as diferenças, respeito e igualdade para com outras pessoas, independentemente da condição de cada um, e que ao finalizar essa disciplina houve um incremento de conhecimentos e fortalecimento, ainda maior dessas ideias: (...) “Não, sempre tive muito respeito e compreensão a respeito da necessidade de maior inclusão da pessoa com deficiência, a disciplina só incrementou mais esse conhecimento” (DISCENTE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 87).

O contato com disciplinas que abordem a saúde da PcD pode possibilitar uma visão transformadora e inovadora em relação ao atendimento inclusivo de pacientes, favorecendo a formação de um profissional mais capacitado e sensível, capaz de enfrentar as singularidades de cada paciente no desenvolver do atendimento (SANTOS, 2015).

Categoria 5: A formação e o futuro.

No questionário aplicado, foi analisado o interesse dos discentes em trabalhar especificamente com PcD. Esse questionamento foi feito aos 162 estudantes no início das disciplinas, sendo que, 84% (n=132) desses afirmaram

não possuir tal interesse. Isso pode ser reflexo do baixo quantitativo de disciplinas ofertadas pelos cursos que abordem a saúde da PcD, como foi identificado nesse estudo. De acordo com o entendimento dos discentes, 90% (n=145) o quantitativo de disciplinas que abordam a saúde da PCD em seus cursos é insuficiente.

O que reforça ainda mais essa hipótese é que 95% (n=154) dos discentes afirmaram que a abordagem de disciplinas com esse enfoque, na graduação, tem impacto positivo na formação do futuro profissional de saúde, logo, a sua ausência resulta em uma formação incompleta e, em consequência disso, o futuro profissional se distanciará desse segmento.

Um dos docentes entrevistados vai mais além e relata que desconhece profissionais de saúde que sejam referência no atendimento à pessoa com deficiência:

Primeiro que é muito difícil você achar um profissional que vai querer atender alguém com deficiência, é muito difícil. Inclusive até me perguntam 'professor, você conhece algum personal, algum professor, algum fisioterapeuta, enfim, de qualquer área da saúde que trabalha bem com uma pessoa com deficiência para me indicar?' Tô aqui há dois anos só no Vale do São Francisco e nesse tempo eu não conheço ninguém que eu indicaria com segurança, assim (DOCENTE, 2).

Resultados semelhantes foram descritos em um trabalho desenvolvido por Ferreira *et al.*, (2017) com discentes de odontologia, no qual os estudantes reforçaram que a ausência de disciplinas sobre a pessoa com deficiência durante a graduação dificulta o atendimento em saúde a essa clientela. Assim, é importante buscar novos rumos e criar estratégias para conscientizar esses discentes no que se refere aos direitos da PcD no âmbito da saúde, com a implementação de disciplinas que além de abordarem a saúde desse público, ressaltem todas as nuances que lhes cercam. Aliado a essa ação, a atuação em campos de práticas torna-se essencial para que os discentes possam

desenvolver aquilo que foi aprendido em teoria, além das habilidades, adquirindo mais experiências, tornando-os mais sensíveis, humanizados e promotores de inclusão (FERREIRA *et al.*, 2017).

Os discentes, em sua maioria (69%, n=54), responderam, após terem cursado a disciplina, que não se sentem preparados para atender a PcD. A compreensão geral dos discentes versa sobre a falta de aprendizado, devido às poucas disciplinas disponíveis que abordam o assunto, com uma baixa carga horária, não permitindo um aprofundamento sobre a temática nem ao menos a construção de uma base sólida de conhecimento. Isso gera um conhecimento superficial e resulta em falta de preparação para o atendimento a esse público específico. Como complemento, apresentam a necessidade de atividades práticas, vivências, estágios, projetos de pesquisa e ou extensão.

É importante que se crie diversas abordagens sobre o contato direto, a vivência, o estágio e o atendimento da PcD. Isso vai permitir ao discente um misto de informações que vão formar a base de conhecimento desse profissional, tão importante para que ele se sinta seguro, confiante e confortável no desenvolver das suas atividades (COSTA, 2011; ARAÚJO, 2014).

CONCLUSÃO

Há uma preocupação dos estudantes dos cursos de saúde em discutir, na universidade, questões relativas à atenção à saúde da pessoa com deficiência e para eles, deveriam existir mais disciplinas obrigatórias que abordem o assunto, com maior carga horária ou até mesmo criação de disciplinas específicas. Com isso, essa realidade inclusiva pode melhorar a partir de um apoio institucional, bem como, com a continuidade na formação.

Mesmo com as poucas disciplinas ofertadas e nem sempre obrigatórias, foi notório o impacto positivo de cada uma delas na formação do profissional de

saúde. A ausência dessas disciplinas resulta em uma formação limitada, fazendo com que o futuro profissional se distancie dessa área de atuação, realize atendimentos ineficazes ou mesmo se recuse a prestar esse atendimento.

Assim, faz-se necessária a introdução de assuntos inerentes à PcD no currículo acadêmico de cada curso, sendo função articulada e elaborada por todos os participantes da universidade. Esses assuntos devem estar presentes em disciplinas teóricas e práticas ao longo de toda a graduação dos cursos de saúde, como também, em projetos de pesquisa, extensão e demais atividades acadêmicas.

As competências adquiridas frente às disciplinas que remetam à saúde da pessoa com deficiência devem versar sobre a compreensão de conceitos como, deficiência social, capacitismo, deve ainda abordar os tipos de deficiência e dificuldades enfrentadas por estes e por seus familiares, além de estimular a prática e criação de técnicas básicas de comunicação com a PcD, sempre favorecendo um atendimento inclusivo e humanizado, assim como, ressaltar a importância de reconhecer e assegurar os direitos da PcD perante a sociedade, dentre eles, a acessibilidade aos serviços de saúde, direito esse que é de salutar importância, conforme ratificaram os docentes participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. S. B. de. **Análise da percepção dos estudantes do curso de odontologia da UFRN sobre o transtorno do espectro do autismo**. 2014. Monografia (Especialização). Departamento de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2011.

BEZERRA, T. V. SILVA, M. A; MAIA, E. R. Acesso da pessoa com deficiência à atenção primária em saúde no Brasil: limites e possibilidades. **Caderno de Cultura e Ciência, Cariri - CE**, v. 14, n. 2, p. 65-74, Dez. 2015. Disponível em:

<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/985/pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União* 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 26 out. 2018.

COSTA, L. S. M. Medical Education and Comprehensive Care for People with Disabilities. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 301-302, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022011000300001>. Acesso em: 5 set. 2018.

COSTA, L. S. M; KOIFMAN, L. O Ensino Sobre Deficiência a Estudantes de Medicina: o que Existe no Mundo? **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v.

40, n. 1, p. 53-58, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n1e01302014>. Acesso em 5 set. 2018.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Braziliense, 2007.

FERREIRA, S. H ; SUITA, R. A; RODRIGUES P. H; KRAMER, P. F. Percepção de Estudantes de Graduação em Odontologia Frente ao Atendimento de Pessoas com Deficiência. **Revista da ABENO**, Londrina – PR, v. 17, n. 1, p. 87-96, jan. 2017. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/367>. Acesso em: 7 set. 2018.

GOMES, N. M. **Análise da disciplina de Educação Física especial nas instituições de ensino superior públicas no estado do Paraná**. 2007. 198 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GOTADO, R. G; ALMEIDA, M. A. P. T. O Acolhimento Oferecido Pelos Serviços de Saúde às Pessoas com Necessidades Especiais. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Cariri-CE**, v. 10, n. 32, p. 126-137 nov/dez. 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/568>. Acesso em: 7 set. 2018.

GUERREIRO, E. M. B. R; ALMEIDA, M. A; FILHO, J. H. S. Avaliação da Satisfação do Aluno com Deficiência no Ensino Superior. **Avaliação (Campinas)**; Sorocaba - SP, v. 19, n. 1, p. 31-60, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 3 dez. 2018. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

LIKERT, Rensis. **A Technique For The Measurement of Attitudes**. 1. ed. Nova York: The Science Press, 1932.

MARTINS, K. P; COSTA, K. N. F. M; REZENDE, L. C. M; GOMES, T. M. DANTAS, T. R. A; SANTOS, S. R. Percepção da Equipe de Enfermagem Acerca da Acessibilidade Física e de Comunicação de Pessoas com Deficiência Visual. **Ciênc. Cuid. Saúde**, Maringá – PR, v. 14, n. 2, p. 1019-1026, abr/jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/22045/14742>. Acesso em: 15 fev. 2018.

NOZI, G. S; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.25, n.43, p.333-348, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3343/3824>. Acesso em: ago. de 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Brasília, DF, 2011.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Nova York, NY, 1975.

REBOUÇAS, C. B. A; CEZARIO, K. G; OLIVEIRA, P. M. P; PAGLIUCA, L. M. F. Pessoa com deficiência física e sensorial: percepção de alunos da graduação em enfermagem. **Acta paul. enferm**, São Paulo - SP, v. 24, n. 1, p. 80-6, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v24n1/v24n1a12.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

RESENDE, A. C; NÓBREGA, S. ; MOREIRA, T. **Experiência das Pessoas com Deficiência nos Serviços de Saúde: Contribuição para a Formação Profissional**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES & HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE, 2014. 2014, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: Blucher Medical Proceedings, 2014. Disponível em: <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/experincia-das-pessoas-com-deficincia-nos-servios-de-sade-contribuio-para-a-formao-profissional-9482>. Acesso em: 23 dez. 2018.

ROSA, C. M; VIÇOSA, C. S. C. L; FOLMER, V; SALGUEIRO, A. C. F. Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 33, publicação contínua, maio 2020. Disponível em: <http://www.ufsm.br//revistaeducacaoespecial>. Acesso em: ago. 2020.

SALES, Z. N; MOREIRA, R. M; COUTO, E. S. O convívio acadêmico: representações sociais de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, n.55, maio 2016. Disponível em: <http://www.ufsm.br//revistaeducacaoespecial>. Acesso em: jul. 2018.

SANTOS, Paulo Roberto de Andrade. **Percepção da equipe de saúde, discentes e usuários sobre a comunicação com indivíduos surdos na atenção primária**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na



e-ISSN: 2177-8183

Saúde). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

WHO. World Health Organization. **Relatório Mundial Sobre a Deficiência**. São Paulo, SP, 2012.